

RELIGIÃO E PODER POLÍTICO:

*O Alinhamento da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) com a Ditadura Civil-Militar (1966-1978)**

Nilton Andrade Ribeiro **

Prof. MS. Augusto Neves Silva (Orientador) ***

RESUMO

Este Artigo tem como objetivo principal analisar as relações de poder entre a Igreja Presbiteriana do Brasil e a Ditadura civil-militar, utilizando como recorte temporal o período entre 1966 e 1978. A análise aprofunda os estudos acerca do regime de exceção que foi instaurado no momento histórico e político mencionado anteriormente, entre suas práticas, a cultura de punir e perseguir arbitrariamente seus inimigos ou quem assim fosse considerado pelos ditadores. Tais práticas reverberaram nos discursos da instituição religiosa já citada e, entre as transformações por eles causadas têm-se o surgimento do “Boanergismo”, que ficou conhecido pela repressão aos que a Igreja considerava “subversivos”. Para embasar nossos estudos, foi feito neste trabalho um profícuo diálogo com a historiografia usando como principais fontes os jornais e resoluções das Atas produzidas pela Igreja Presbiteriana no período investigado.

Palavras-chave: Relações de poder. Ditadura civil-militar. Boanergismo

ABSTRACT

This article aims to analyze the relations of power between the Presbyterian Church of Brazil and the civil-military Dictatorship, using as the time frame between 1966 and 1978. The analysis deepens the studies on the exception regime that was established in the historical and political moment mentioned above, between its practices, culture and punish arbitrarily persecute their enemies or who were well regarded by dictators. Such reverberated practices in the speeches of religious institution already cited and from the changes caused by them has been the emergence of “Boanergismo”, which became known by the repression of the Church considered “subversive”. To support our studies was done in this work a fruitful dialogue with historiography using as main sources the papers and resolutions of the minutes produced by the Presbyterian Church in the investigated period.

Key-words: Power relations. Civil-military dictatorship. Boanergismo

* Artigo apresentado para conclusão do curso de graduação de Licenciatura Plena em História da Faculdade Joaquim Nabuco: São Lourenço da Mata.

** Graduando do curso Licenciatura Plena em História pela Faculdade Joaquim Nabuco em São Lourenço da Mata. Endereço Eletrônico: nilton.reformado71@gmail.com

*** Prof. da Faculdade Joaquim Nabuco Mestre em História do Brasil pela UFPE.

1. DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Toda estrutura, seja ela qual for, necessita de uma base, um fundamento que venha, portanto, sustenta-la, e para isso, o uso de todas as estratégias¹ possíveis para sua sedimentação deverá ser observada, com o intuito de que a mesma suporte as intempéries internas e externas. Portanto, é preciso compreender o discurso ideológico do estado brasileiro em que o golpe civil-militar (1964-1985) está inserido, tanto sob a ótica internacional como nacional. Segundo a professora Marly Motta, “O acréscimo do termo civil é fundamentado, tanto pelo apoio de parte expressiva da opinião pública ao golpe, quanto pela mobilização de líderes civis de oposição radical ao governo de Jango, com o apoio militar [...]”².

Há 52 anos o Brasil instaura uma Ditadura civil-militar, donde o estudo deste período pela academia tem trazido novos debates³, a mesma deixou “cicatrices” e

¹ Segundo a perspectiva *certeauniana*, as estratégias relacionam-se ao cômputo de vinculação de forças iniciado por um indivíduo possuidor de algum tipo de poder. Cf. CEARTEU, Michel. **A INVENÇÃO DO COTIDIANO**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990 p. 46.

² Marly Silva da Motta é Dr^a em História pela Universidade Fluminense, a qual apresenta o livro: FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira – 2014 p. 9.

³ “Segundo levantamentos do Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da UFRJ, entre 1971 e 2000 foram produzidas 214 teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a história da ditadura militar, 205 delas no Brasil e as restantes no exterior. O crescimento paulatino do número de estudos sobre a temática é visível cotejando-se a produção de teses e dissertações em alguns quinquênios (sic): no período 1971-1975 foram defendidos apenas dois trabalhos; entre 1986 e 1990 as defesas chegaram a 47; no final do período, entre 1996 e 2000, registraram-se 74 teses e dissertações. Os principais focos de interesse foram os movimentos sociais urbanos (27 trabalhos), os temas da arte e da cultura (também com 27 trabalhos), a economia (25) e os assuntos relacionados à esquerda e à oposição em geral (20 teses e dissertações). Em seguida vêm a imprensa (15), a censura (13), a crônica dos diversos governos (11), o movimento estudantil (8) e o estudo do próprio golpe (6), entre outros temas. Como boa parte dos trabalhos sobre a economia foi gerada na área própria, sobressai, como interesse dos historiadores, a temática da arte e da cultura, como já dito. Mas a grande presença de teses e dissertações sobre os movimentos sociais urbanos talvez indique a transição entre o antigo predomínio acadêmico do marxismo e a voga em torno da “Nova História” – haja vista que o enfoque predominante entre os trabalhos sobre o movimento operário, sindicatos etc. é o marxismo e seus influxos. Porém, mesmo nesse campo, é sintomático que algumas teses sobre o movimento operário, sobretudo as defendidas a partir do ano 2000, apresentem abordagens típicas da “Nova História”, como a memória e as práticas culturais ou o recurso a fontes não-convencionais, como a charge. Já entre os estudos que privilegiam a arte e a cultura, sobressaem as análises sobre a música (10 trabalhos de um total de 27), mesmo sem considerarmos outros dois sobre o tropicalismo, caso queiramos conceder que a corrente foi algo mais do que música. Abordagens sobre literatura e TV foram três, cada; sobre o teatro há apenas dois trabalhos. A velha máxima de que a história é feita com os olhos do presente parece presidir esses números: o interesse dos que foram partícipes de uma conjuntura de predomínio do ideal político revolucionário parece ceder lugar à valorização de outros autores, que participaram, como atores, da fase final da ditadura militar, durante a qual foram bastante valorizadas todas as instâncias da resistência democrática, mesmo as mais singelas, como a adesão a um manifesto de protesto, a freqüentação (sic) de uma dramaturgia denunciante ou a audição coletiva das músicas de protesto. FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. Vol. 24 no 47 São Paulo – 2004.

“feridas” abertas no seio da nação brasileira. A tortura em suas diversas formas foi executada em seus “porões”, ao olhar silente da maioria da sociedade e suas instituições sociais em nome da ‘Segurança Nacional’.

Pós a Segunda Guerra mundial, a bipolarização internacional destacou os EUA e a URSS como atores principais da política global. O Terceiro-Mundo⁴ seria, portando, o alvo na difusão das ideologias por força ou consentimento, o que promoveu a coexistência das superpotências: Capitalistas e Socialistas⁵.

O sociólogo Marcelo Ridenti, afirmou que “eram anos da guerra fria entre os aliados dos Estados Unidos e da União Soviética, mas surgiram esperanças de alternativas libertadoras no Terceiro-Mundo, [...]”⁶ Os EUA buscavam legitimar seu discurso com os “valores ocidentais cristãos” em detrimento do “Socialismo Ateu Soviético”⁷, promovendo uma verdadeira ação ideológica, alertando a todo tempo

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003> Acesso em 20/04/2016.

⁴ Esta expressão foi criada em 1952, pelo economista francês Alfred Sauvy. A observação feita por ele na economia mundial verificou-se uma enorme diferença nas áreas da política, econômica e social entre os países do mundo, deixando muitas delas a margem no cenário mundial. Composto este grupo, estão: a maioria dos países latino-americanos, e vários países da África e da Ásia. Este conceito político ocidental tem seu desenvolvimento durante o período da Guerra Fria (1945-1989). Ver também: HOXHA, Enver. **O IMPERIALISMO E A REVOLUÇÃO**. Versão digitalizada (www.enverhoxha.ru) ed. TIRANA, 1979. / Mourre, Marcel, Dicionário de História universal, vol.III, ASA, p.1342.

⁵ “Apesar de certas formas históricas e maniqueístas de Guerra Fria desencadeado pelos EUA, esta possuía uma racionalidade cristalina, pois permitia a este país manter o controle político e a primazia econômica tanto sobre os aliados industriais europeus, tanto quanto sua periferia subdesenvolvida, diretamente na América Latina e Ásia Oriental, [...]. Por outro lado, a URSS era relativamente “domesticada” como o ator internacional, cuja presença no sistema mundial como outra superpotência legitimava um novo desenho estratégico que rebaixava o *status* das potências médias europeias dentro das alianças transatlânticas. Neste sentido a Guerra Fria representava *tanto um conflito quanto um sistema*.” VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Guerra Fria**. In FILHO, Daniel Aarão Reis Filho; Ferreira, Jorge: ZENHA Celeste. O SÉCULO XX TEMPO DAS CRISES: Revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro. Vol. II – Civilização Brasileira, 2000 p. 204-205.

⁶ RENDITI, Marcelo. **Cultura e Política: os anos de 1960-1970 e sua herança**. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura: regime militar em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.135 (v. 4); Cf. HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1921**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 224.

⁷ O sistema capitalista teve sua estrutura posta em ‘xeque’ na crise econômica e política de 1929, nos Estados Unidos. Porém, as consequências desta, ultrapassaram as fronteiras estadunidenses, provocando vários questionamentos sobre este sistema econômico e sua eficácia. Não obstante, um país passara ileso por aquele turbilhão: a Rússia. Este praticava outro modelo econômico que surge no século XIX com Karl Marx e Engels: O Comunismo. Especificamente a Rússia, estaria na prática do Socialismo, o qual, segundo a teoria marxista seria o último estágio para se implantar por fim o Comunismo. Sob o comando de Josef Stalin (1924 a 1953), foi chamado de socialismo real, pois foi implantada em vários países pós Segunda Guerra Mundial e continha as principais características: **Planificação da economia; estatização dos meios de produção; centralização do poder em um único partido socialista; implantação de um sistema de redistribuição de renda através de controle de salários e atividades econômicas**. A ideologia materialista entente que a religião tem um papel histórico negativo de caráter opressor na sociedade, segundo Marx “A abolição da religião enquanto felicidade *ilusória* dos homens é a exigência de sua felicidade *real*” (MARX, Karl. **CRÍTICA**

sobre o perigo comunista, sendo o medo o agente legitimador político. A propagação dessa mensagem se encontra na Escola Superior de Guerra (ESG)⁸ do Brasil.

O interesse dos EUA pelos países latinos americanos teve sua ampliação com a ideologia da Guerra Fria, o que estrategicamente o Brasil se consolidaria como um principal aliado. As formas de influência perpassava o campo político, ideológico, social, econômico e religioso.

A Doutrina Trumam foi lançada através de um discurso do presidente americano, no qual defendia o auxílio dos EUA aos “povos livres” que fossem ameaçados pela agressão *totalitária* [...] foi proclamada durante as realizações dos trabalhos da Conferência Econômica de Moscou, que tratava da concessão de ajuda para reconstrução europeia, e reforçava a facções e partidos políticos, mas também em grupos sociais que buscam proteger ou assegurar seus interesses (incluído o interesse pelo próprio poder político), conquistando o controle da maquinaria governamental⁹.

O intervencionismo militar não se identifica apenas no período de 1964. É possível verificar na história outros momentos em que os militares, “segundo a lógica da época, como forma de corrigir o que consideravam como sendo desvios dos

DA FILOSOFIA DO DIREITO DE HEGEL, 1843. 2. Ed São Paulo: Boitempo, 2010 p. 145. Versão digitalizada disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Marx,%20Karl/Critica%20da%20Filosofia%20do%20Direito%20de%20Hegel.pdf>>. Com o fim da Segunda Guerra, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mesmo com prejuízos, detiveram estabilidade financeira, ambas durante o conflito lutaram juntas contra o Nazismo, pós 2ª Guerra vira-se em lados opostos devidos o caráter expansionista territorial e militarista em que se encontravam. Os Estados Unidos representante do capitalismo mundial e em busca de aumentar sua área de influência no mundo. Para os americanos o marco fundador da sua nacionalidade é a chegada do advogado britânico John Whintrop a Massachusetts, em 1630. Pertencente ao puritanismo, nome dado ao calvinismo inglês, que tem dentre outras doutrinas a Predestinação (Povo Eleito) como características daquela seita religiosa. A chegada de Whintrop ao território americano com um grupo de 700 pessoas para criar sua própria sociedade “pura” livre dos “males do pecado” que se tornaria um exemplo para o resto mundo. É possível verificar desde o início o caráter legitimador nos fins desejado, 1673 foram dados cobertores aos índios Pontiac, não como forma de amizade para amenizar o frio, mas estes estavam infectados com o vírus do sarampo o que levou a morte milhares de índios mortos. Whintrop foi eleito governador de Massachussts, e justificava a expansão territorial, pelo fato de os índios não as tinham “subjugado”, e, portanto, era um “direito natural” sobre elas. O conceito de religião era totalmente contrário ao que no futuro seria interpretado pelo socialismo, e desde cedo na construção da sociedade das treze colônias tomaria forma balizadora, especialmente na educação: “[...] Quando Samuel Davies escreve sobre *Razões para fundar universidades*, insiste na necessidade de formar líderes religiosos para uma população que crescia sem parar. Nesse texto, de 1752, o autor argumenta que a “religião deve ser a meta de toda instrução e dar a esta o último grau de perfeição”. (KARNAL, Leandro. **A FORMAÇÃO DA NAÇÃO – O INÍCIO.** In: HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS: das origem ao século XXI . São Paulo: Contexto 2007 p. 49). Os discursos ideológicos antagônicos se chocaram inevitavelmente pós 2ª Guerra, em um maniqueísmo, ou seja, na luta dos “Valores Cristãos Ocidentais” X “Socialismo Soviético Ateu”.

⁸ “Escola Superior de Guerra, cuja criação, em 1949, com assistência técnica norte-americana e francesa, tinha por objetivo treinar “pessoal de alto nível” no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional.” ALVES, Maria Helena Moreira. 1984. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, p.24.

⁹ CHINOY, Ely. **SOCIEDADE Uma Introdução à Sociologia**. São Paulo: Cultrix – 2012. p. 471.

meios políticos e eleitorais.”¹⁰. Em destaque para 1930 com a derrubada da República Oligárquica (Estado Novo); Em 1945, deposição de Getúlio Vargas e até mesmo no estabelecimento democrático de 1945 a 1964.

O papel assumido pelos militares de intervencionistas ou coadjuvantes, ou seja, após o reestabelecimento da “ordem” retornariam aos quartéis, terá uma mudança radical que implicará na estruturação do regime de exceção de 1964. As forças armadas trilharam um caráter arbitral-tutelar o que seria discurso legitimador para assumir o papel executivo nas questões nacionais.

Em 1949, é criada a Escola Superior de Guerra com colaboração do *IPES* e o *IBAD*¹¹ nela construída a Doutrina de Segurança Nacional. O ‘inimigo’ terá uma característica que lhe será imputada no contexto da Guerra Fria, ou seja, este não se configurará apenas externamente, mas internamente. O Conceito de *Guerra Total*¹² tem por fim destruir por completo o inimigo, o que se caracterizou o comunismo o alvo no contexto da polarização mundial durante o período da Guerra Fria.

Com o advento da Guerra Fria, elementos da guerra total e do confronto inevitável das duas superpotências incorporaram-se à ideologia de segurança nacional na América Latina. A forma específica por ela assumida na região enfatizava a “segurança interna”, face da ameaça de “ação indireta”, do comunismo.¹³

No desenvolvimento dos conceitos da Doutrina de Segurança Nacional, segundo a Cientista Política Maria Helena Moreira Alves, “Trata-se de abrangente corpo teórico constituído¹⁴ de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais.”. A condição geopolítica em que o Brasil se encontra, segundo o

¹⁰ BORGES, Nilson. **A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E OS GOVERNOS MILITARES**. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura: regime militar em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 17.

¹¹ **Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) / Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)** exerceram uma dupla função política na sua história. Embora aparecessem oficialmente como agremiações apartidárias, com objetivos essencialmente educacionais e cívicos e orientados por dirigentes de empresas e profissionais liberais democráticos, não representando nenhuma classe de interesses privados, o instituto articulava uma complexa rede de campanhas ideológicas e políticas criadas sob o embasamento teórico contrário ao comunismo.

¹² Para mais aprofundamento do assunto Cf.: **HOBBSAWM**, Eric. “*A Era dos Extremos*”. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. Capítulo 1 “A Era da Guerra Total”, p. 29 – 60.

¹³ ALVES, Maria Helena Moreira. 1984. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, p. 33.

¹⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. 1984. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, p. 35.

General Golbery¹⁵ do Couto e Silva, o destino da nação é em grande parte determinado por condições geográficas, pois sob o clima da guerra total os recursos que o país possui bem como as alianças políticas têm relação com essas condições.

Figura 1



Fonte: <<http://thiagooregis.jusbrasil.com.br/artigos/216564360/reducao-nao-e-solucao>>
06/06/2016

>Acesso:

A figura acima traduz muito bem o conceito geopolítico da Doutrina Truman, refletindo no período estudado, pois representa uma sequência de ações e regras do Estado, as quais são justificadas a partir de um sistema de crenças em que este pensa estar corretas e nelas são embasadas suas ações de repressão.

2. REFORMA AGRÁRIA SIM, MAS, COMO FAZÊ- LA?

A Era Vargas¹⁶ foi bastante controversa. Pois, o período entre Guerras no Brasil o discurso da formação da nação, ou seja, do venha ser brasileiro e

¹⁵ Interlocutor respeitado por líderes como D. Paulo Arns, Júlio de Mesquita Neto e Ulysses Guimarães. Odiado pela linha-dura e radicalmente anticomunista e antidemocrático. Nacionalista e defensor da industrialização subordinada ao estrangeiro. Pensador autodidata, eclético, de estilo rocambolesco e árido, que não dispensava consultas a pais-de-santo. Em uma palavra: controvertido. Este é o perfil de Golbery do Couto e Silva, homem do poder, mas que preferia os subterrâneos aos holofotes. Nascido em agosto de 1911, sua participação ativa na história se iniciou em 1952, quando ingressou na ESG, dando início a uma relação estreita e profícua. Em 1954 redigiu o *Memorial dos Coronéis*, estímulo à demissão do ministro do Trabalho, Jango, e o *Manifesto dos Generais*, contra o próprio presidente Vargas. Em 1955, foi um dos articuladores da “novembrada”, movimento que visava a impedir a posse do presidente eleito JK e seu vice, Jango, o que o levou à prisão. Nomeado para o Conselho de Segurança Nacional do governo Jânio Quadros, foi surpreendido pela renúncia do presidente e movimentou-se amplamente pelo impedimento da posse do vice Jango. Foi dele a idéia (sic) de oferecer a Goulart a Presidência sob regime parlamentarista, solução de compromisso finalmente aceita. Já na reserva, passou a liderar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), e ligou-se ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e ao Movimento Anticomunista na intensa conspiração contra o governo. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/070/70assuncao.htm>> Acessado em: 26/03/2016.

¹⁶ *Era Vargas* é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, de forma contínua (de 1930 a 1945). Esse período foi um marco na história brasileira, em razão das

especialmente sobre as contribuições do negro, índio e europeu volta a ser debatido, diferentemente do que ocorrerá com Vanharagem¹⁷ que buscou valorizar a colonização portuguesa excluindo o índio e o negro valorizando apenas o europeu português. O momento era de formar esta identidade nacional ou brasileira justamente com os povos que contribuíram para a mesma. Vargas em seu projeto de governo precisava criar ações sociais aglutinantes na sociedade brasileira, segundo o analista político e escritor Wladimir Pomar:

Certamente, é preciso reconhecer que a Era Vargas representou uma mudança no modelo de desenvolvimento do país. Ela foi resultado de um momento histórico de aguçamento das contradições entre os latifundiários da cafeicultura paulista e os demais setores latifundiários regionais, na disputa pelo domínio do Estado brasileiro. Os cafeicultores paulistas queriam alijar do poder político nacional os demais setores, para fazer com que também pagassem os prejuízos da cafeicultura diante da crise econômica mundial de 1929.¹⁸

O período que vai de 1937 a 1945 é denominado de Estado Novo na era Vargas. Foi um momento ditatorial na história brasileira caracterizada pela centralização política. Sua implantação baseou-se no combate ao comunismo, personificado no Plano Cohen que foi uma farsa usada na execução do Golpe de Estado de 1937. Sua estratégia de poder encontra sucesso mesmo que esta não encontrasse, a princípio, apoio das massas para sua implantação, afirmou o sociólogo Lázaro Curvêlo Chaves:

Características do novo regime – Apesar da inegável afinidade entre o novo regime, instituído pelo golpe de 1937, e o regime dos Estados fascistas europeus, certas características peculiares destes não apareceram na formação do Estado Novo. O golpe de 1937, segundo Locardes Sola, "não representou a vitória de um partido organizado (a participação dos integralistas era adjetiva), nem teve apoio ativo das massas". Careceu, por outro lado, de força e coerência ideológica. A instauração do Estado Novo foi - na opinião da mesma autora - "um golpe de elites político-militares contra elites político-econômicas."¹⁹

inúmeras alterações que Getúlio Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas. Fonte: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/>> Acesso em: 06/04/16.

¹⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em 17 de fevereiro de 1816, foi autor de várias obras em especial a História do Brasil (1850). É denominado "O Heródoto Brasileiro", e, portanto fundador da história do Brasil refletindo a construção do estado nacional. Cf REIS, José Carlos, As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC, Rio de Janeiro, ed. FGV, 1999 p. 23-50.

¹⁸ POMAR, Wladimir. **O projeto varguista de nação**. O Correio da Cidadania. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3131&Itemid=79> Acesso em: 06/04/16.

¹⁹ Estado Novo (1937 a 1945) O Surgimento de Novos Partidos. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/estadonovo.htm>> Acesso em: 04/04/2016.

As lutas pela cidadania, sob a perspectiva da historiadora Angela de Castro Gomes, tem sua materialização na sociedade brasileira pós-abolição da escravidão, o Brasil começava a se ver como uma nação de homens livres quando “[...], é possível argumentar que só a partir de então tornou-se realidade jurídica, no Brasil, o princípio da equidade política, isto é, o princípio de que todos homens são iguais perante a lei. [...]”²⁰.

Foi na primeira República também que foi formulado o primeiro Código Civil brasileiro. Portanto, a busca por direitos trabalhistas começam a se delinear produzindo uma identidade positiva do trabalhador. Contudo este não pode ser identificado sujeito pacífico das lutas e ideias anarquistas e comunistas²¹ que fervilhavam o país. Segundo a historiadora Angela de Castro Gomes, “uma das principais características do início da luta por direitos do trabalho no Brasil foi à necessidade de enfrentar a dura herança de um passado escravista...”²² este sujeito agora se integrava ao mercado de trabalho.

É sob este contexto que iram se estruturar *sindicatos*, associações e partidos políticos que foram utilizadas como formas de organizações de trabalhadores influenciadas por várias correntes anarquistas, socialistas e comunistas, donde estas atribuiriam papéis diferentes para estas instituições de classe, pois enquanto a primeira corrente acreditava na instrumentalidade dos sindicatos numa luta patronal proporcionando greves ou boicotes ou símiles. As duas últimas defendiam uma participação do trabalhador dando destaque ao voto, criação de partidos políticos visando maior participação parlamentar e o que viria a ser materializada no governo de Vargas uma legislação do direito do trabalho.

Os primeiros anos da Primeira República foram, portanto, fundamentais para constituição de uma identidade de trabalhador e também do movimento inicial de lutas por direitos sociais do trabalho no Brasil. As principais demandas então levantadas, independentemente do tipo de liderança que estivesse na associação de classe, e excluindo questões salariais, eram: carga horária de oito horas de trabalho; a regulamentação

²⁰ GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro – Jorge Zarar Ed, 2002 p. 14.

²¹ “(...) o processo revolucionário desencadeado na Rússia em 1917 contou com o apoio dos anarquistas de várias partes do mundo, incluindo o Brasil. A expansão do movimento revolucionário para países do leste europeu e, sobretudo, os desdobramentos espartacista na Alemanha alimentavam a convicção não apenas da putrefação iminente do capitalismo que se destruiu

²² GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro – Jorge Zarar Ed, 2002 p. 15.

do trabalho feminino (com normas que protegessem a gravidez) e dos menores; uma lei de acidentes de trabalho.²³

A efetivação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que foram promulgadas em 1º de maio de 1943, há conclusão do projeto varguista sobre a invenção do trabalhismo²⁴. Contudo desde a década de 30, Vargas já cria normas em favor para o trabalhador, ou melhor, para o trabalhador urbano, pois o governo de Vargas desenvolveu políticas no setor industrial. Segundo a análise do historiador Marcus Dezemone:

“De forma quase consensual, a historiografia brasileira tem considerado que o campesinato esteve afastado dos benefícios materiais e imateriais trazidos pelos direitos sociais integrantes da legislação produzida no primeiro governo Vargas (1930-1945).²⁵”

A partir da década de 60, especificamente em 1963, os trabalhadores rurais terão direitos equiparados aos trabalhadores urbanos, sob o governo de João Goulart, este mandara ao Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador Rural consolidado assim os mesmos direitos que os trabalhadores urbanos conseguiram desde a década de 30, reconhecendo as organizações sindicais rurais, federações e confederações. Importante destacar que o Estatuto Rural tramitava no Congresso desde os meados dos anos 50, portanto, sua aprovação pôde ser considerada um fato histórico o que veio fortalecer os representantes progressistas moderados e radicais dentro e fora do Parlamento.

Desde o princípio o governo Goulart apontava enfrentar a bancada latifundiária e seus interesses, pois mesmo antes da aprovação do Estatuto Rural, criara uma Lei de intervenção de 11 de outubro de 1962 dando origem a Superintendência da Política Agrária (SUPRA)²⁶. O Historiador Mario Grynszpan analisa que:

²³ GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro – Jorge Zavar Ed, 2002 p. 18.

²⁴ Segundo Angela: O que se chama aqui de a “invenção do trabalhismo” envolveu a articulação de políticas públicas diferenciadas e também um complexo conjunto de interesses e crenças, do qual participaram, de forma ativa, também os trabalhadores. GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro – Jorge Zavar Ed, 2002 p. 35.

²⁵ DEZEMONE, Marcus. **MUNDO RURAL E ERA VARGAS: DIREITOS, PAPEL DO CAMPO E LEGISLAÇÃO SOCIAL NA HISTORIOGRAFIA RECENTE**. Disponível em:< <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/8104>> Acessado em: 28/04/2016.

²⁶ Superintendência de Política Agrária (Supra), que tinha por incumbência implementar medidas de reforma agrária no país. Foi ainda o governo Jango que mais efetivamente investiu na aprovação de uma reforma agrária pelo Congresso. GRYSZPAN, Mario. **A questão agrária no governo**

A questão agrária foi um dos principais pontos que polarizaram o debate político durante os anos em que João Goulart ocupou a presidência. Ela esteve no centro das preocupações dos atores políticos em geral, do governo, dos partidos, dos movimentos sociais, da Igreja Católica, da opinião pública. Foi, em grande parte, naquele momento que se consolidou a noção de que o Brasil necessitava de uma reforma agrária capaz de eliminar a grande propriedade, o latifúndio, visto como obstáculo fundamental ao desenvolvimento.²⁷

As disputas políticas fragilizaram o plano de governo de Jango, o que impediu a execução da reforma agrária mesmo a mais moderada, que em tese, teria mais chances de aprovação no Congresso Nacional por falta de capacidade negociação dos partidos políticos não se consumou. Perdeu-se uma oportunidade impar na história brasileira para dirimir esta dívida social brasileira. Segundo pesquisa do IBOPE feita no mesmo período comparando todas as classes sociais:

Tabela 2

Capitais	Ricos/classes Médias Favoráveis	Ricos/classes Médias Contrários	Pobres Favoráveis	Pobres Contrários
Guanabara	72%	17%	73%	11%
São Paulo	70%	15%	70%	8,5%
Porto alegre	85%	8%	71,5	7%
Curitiba	49%	22%	50,5%	12,5%
Belém	59%	20%	42,5%	13%
Niterói	58%	19%	44,5%	9%
Belo Horizonte	60%	17%	50,5%	9,5%
Recife	69%	13%	72%	4,4%
Fortaleza	63%	16%	60%	6,5%

Fonte: A tabela ignorou os que não tem opinião formada (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de setembro de 1963 p. 8) Apud. FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964 O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira – 2014 p. 174.

Conforme o quadro acima aponta, havia um anseio na sociedade brasileira, em Tese, por uma reforma agrária. Possivelmente o que impediu a efetivação da mesma foi à incapacidade de uma elite política em fazer acordos, caracterizada pela

Jango. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango> Acesso em 13/04/16.

²⁷ GRYSZPANSZPAN, Mario. **A questão agrária no governo Jango**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango> Acesso em: 13/04/16.

radicalização, fazendo com o que, a implantação do projeto de reforma agrária inexequível.

3. A IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL E AS QUESTÕES SOCIAIS

A presença efetiva do presbiterianismo no Brasil data em meados do século XIX com a chegada do missionário norte-americano Ashbel Green Simonton enviado pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA) em 1859 com fins do proselitismo em detrimento de uma tradição religiosa católica, contudo a presença do protestantismo com princípios Reformados²⁸ é verificada desde 1555 com o evento histórico que ficou conhecido como França Antártida²⁹. Convencionou-se dividir estes avanços missionários em três períodos: protestantismo de invasão, de imigração e de missão. Segundo o Historiador Márcio Vilela:

“[...] A primeira surgiu com a expansão marítima francesa durante as dinastias de Valois e Bourbon. [...] *protestantismo de imigração*, que se intensifica com a efetivação dos tratados de Alianças e Amizades e de Comércio entre a Coroa portuguesa e a Inglaterra em 1810. [...]. A terceira e a última categoria dessa presença religiosa... quando diversas igrejas protestantes dos EUA, sobre tudo nos meados do século,... com objetivo bem definido de propagar a fé protestante e conquistar seguidores [...]”³⁰

²⁸ A teologia reformada se desenvolveu dentro do protestantismo* do século XVI, distinguindo-se do luteranismo*. Discordância inicial entre Lutero e Zuínglio emergiu na questão da eucaristia*, vindo a ruptura aberta no Colóquio de Marburgo (1529). A consubstanciação na eucaristia, pregada por Lutero, baseava-se em sua visão radical e inovadora da *communicatio idiomatum* (“comunicação de atributos” entre as naturezas divina e humana de Cristo; ver *Cristologia**), que encontrava expressão na ubiquidade da humanidade de Cristo. Outras diferenças existiam, mas eram mais de ênfase, ou menos divisórias; e.g., o luteranismo tendia a dar descontinuidade entre a lei e o evangelho*, a permitir maior autonomia à autoridade civil e a focar mais estritamente a soteriologia do que o faziam os protestantes não luteranos chamados reformados. A concordância, no entanto, foi, em compensação, imensamente mais extensa. Juntamente com Roma e Constantinopla, luteranos e reformados sustentaram os dogmas ecumênicos da Trindade e os da cristologia. Também quanto às afirmações centrais da Reforma (justificação pela fé, negação da transubstanciação, número limitado dos sacramentos, autoridade das Escrituras), ambas as facções protestantes tinham um só pensamento. Todavia, todas as tentativas para alcançar uma unidade teológica e eclesiástica entre reformados e luteranos não obtiveram sucesso. FERGUSON, Sinclair B.; WRIGHT David F.: **TEOLOGIA REFORMADA**. In: NOVO dicionário de Teologia. São Paulo – Editora Hagnos, – 1ª ed. 2011, p. 1134.

²⁹ Cf. MENEZES, Jonathan. **METAMORFOSES DO SAGRADO NO PROTESTANTISMO BRASILEIRO**: Ecos Singulares de uma Religião Plural. Disponível em: <http://www.academia.edu/5628835/Metamorfozes_do_Sagrado_no_Protestantismo_Brasileiro_Ecos_Singulares_de_uma_Religi%C3%A3o_no_Plural> Acesso em: 20/04/2016.

³⁰ VILELA, Marcio Ananias Ferreira. **DISCURSO E PRÁTICAS DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL DURANTE AS DÉCADAS DE 1960 E 1970**: DIÁLOGOS ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

A guerra civil americana dividiu as ex-colônias inglesas em Norte e Sul e o que também se refletiu no presbiterianismo daquela jovem nação. Formou-se em 1861 a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), a qual ficou conhecida como a Igreja Presbiteriana do Sul e a PCUSA a Igreja Presbiteriana do Norte. Em 1869 a PCUS enviou seus missionários Rev. George Nash Morton e Eduard Lane para São Paulo.

O Sul dos EUA tinha como base de sua economia o *plantation*, ou seja, a utilização da monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava. O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão e neste momento, segundo o Historiador Franklin L. Arnold, o então Imperador D. Pedro II via com bons olhos a imigração de estrangeiros qualificados para ajudar no desenvolvimento do país, ele convidou os sulistas, os quais, dentre aqueles, oriundos da PCUS. Interessados não necessariamente na evangelização, mas na legalidade da escravidão no Brasil, podendo assim aplicar suas técnicas agrícolas com o uso da mão-de-obra escrava, ainda mais o Imperador oferece incentivos³¹.

Ambas as missões preocuparam-se em construir escolas com fins de propagar a nova religião em território brasileiro, porém, o grupo social atingido foi à elite emergente da época, ou seja, seus filhos. Os missionários Lane e Morton estavam convencidos que a criação de um instituto educacional e futuramente uma faculdade de alta qualidade expressava a real necessidade do Brasil daquela época. Intercedendo à Junta de Missões conseguiu financiamento para programar seu projeto.

Dentro das condições em que atuam e pela própria natureza da prática educativa que propõem, esses colégios não podem atingir diretamente as massas populares. A tática adotada é outra: influenciar fortemente na preparação de líderes e através deles atuar eficazmente na sociedade. Estes líderes, mesmo que não tenham pessoalmente se convertido ao protestantismo, recebem a influência evangélica nas suas vidas, e mais tarde, quando estiveram ocupando cargos de importância no país, poderão divulgar, compreender e facilitar a expansão do protestantismo e de suas idéias (sic)³².

³¹ Cf. ARNOLD, Franklin L.. **Uma jornada missionária: A história das missões presbiterianas no Brasil**. São Paulo: Ed Cultura Cristã 1ª ed, 2012, p. 36.

³² RAMALHO, Jether Pereira . **Prática Educativa e Sociedade: um estudo de sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.1976, p. 78.

Um grande ganho para os protestantes encontra-se pós-proclamação da República e a promulgação do decreto Lei de nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890³³, permitindo a liberdade de culto. A separação do estado e a igreja; plena liberdade de culto; casamento civil obrigatório e a secularização dos cemitérios se confirmaram em fevereiro de 1891 com a primeira Constituição do Brasil. Estas ações projetaram e viabilizaram novas ideias nas décadas vindouras. Segundo o teólogo Alderi matos:

Nas primeiras décadas do século 20, o protestantismo brasileiro sofreu a influência de algumas correntes teológicas norte-americanas, como o evangelho social, o movimento ecumênico e o fundamentalismo. Inspirado em parte pelos dois primeiros, surgiu um notável esforço cooperativo entre as igrejas históricas, sob a liderança do Rev. Erasmo Braga, secretário da Comissão Brasileira de Cooperação (1917). Essa entidade se uniu em 1934 à Federação das Igrejas Evangélicas do Brasil e ao Conselho Nacional de Educação Religiosa para formar a Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Nos anos 50 e início da década de 60, a CEB criou a Comissão de Igreja e Sociedade (1955), depois Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Sua quarta reunião, conhecida como Conferência do Nordeste, realizada em Recife em 1962, teve como tema “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Seus líderes foram Carlos Cunha, Almir dos Santos e Waldo César, sendo preletores Sebastião G. Moreira, Joaquim Beato, João Dias de Araújo e o bispo Edmundo K. Sherill.³⁴

O símbolo da IV Conferência do Nordeste (Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro) revela a preocupação do evento com a reforma agrária trazendo a cruz em destaque, mas logo em seguida ferramentas do meio rural o que significava os campos, o trabalho e a necessidade de luta é o que poderá analisar na figura abaixo:

Figura 2



Fonte: <<http://4.bp.blogspot.com/-gBO0SnfdAQA/U06i7dvzOjI/AAAAAAAAQVM/h3HUNfAlqvE/s1600/CPRB+fundo.jpg>> Acesso: 06/06/2016

³³ **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos:** Lei de nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm> Acesso em: 21/04/2016.

³⁴ MATOS, Alderi Souza de. **PROTESTANTISMO BRASILEIRO:** Breve História do Protestantismo no Brasil. Centro de Pós-Graduação Andrew Jamper. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/6994.html>> Acesso em 20/04/16.

Os desejos de unidade entre as Igrejas Protestantes e Ortodoxas, segundo o Teólogo Zwinglio M. Dias³⁵ tem seu começo no desejo da solidariedade mútua para com cristãos europeus perplexos com a capacidade destrutiva e belicosa da civilização moderna que ajudaram construir. Portanto, para se pensar em um ecumenismo brasileiro e latino-americano, especialmente nos anos 50 sem focar no Conselho Mundial de Igrejas (CMI).

Sob o mesmo contexto do afã do ecumenismo, o fundamentalismo³⁶ que surge com fins de defender doutrinas basilares da fé cristã como: o nascimento virginal de Cristo; a inerrância das Escrituras; expiação vicária de Cristo; ressurreição corpórea e segunda vinda de Cristo e historicidades dos milagres³⁷.

Tabela 2

DÉCADAS	FASES DO FUNDAMENTALISMO
1875 a 1900	- Líderes conservadores levantam a bandeira contra o modernismo dentro das denominações;
1900 a 1935	- Esses líderes deixaram suas denominações para formarem igrejas e grupos separados. Eles foram os arquitetos da separação eclesiástica;
1935 a 1983	- A segunda geração de fundamentalistas continuou a batalha de fora das principais denominações, e teve que lutar contra o movimento neoevangélico.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Artigo “Por Que Sou Fundamentalista: evangélico ou fundamentalista?”. Disponível em: <<http://solascriptura-tt.org/SeparacaoEclesiastFundament/PorQueSouFundamentalista-LAFerraz.htm>> Acesso em: 06/03/2016.

A Tabela acima descreve o desenvolvimento do pensamento fundamentalista que surge, portanto, como um aliado em potencial contra o comunismo, o qual representaria uma ofensiva às ideias teológicas liberais que postulavam um evangelho social³⁸.

³⁵ Cf. DIAS, Zwinglio M.. **O Movimento Ecumênico: História e Significado**. Disponível em: <<http://numen.ufjf.emnuvens.com.br/numen/article/viewFile/899/781>> Acesso em 18/01/2016.

³⁶ “Consideravam-se fundamentalistas aqueles que se opunham as doutrinas do Liberalismo [modernismo] teológico, e embora o termo fundamentalismo ainda não houvesse sido cunhado, seu objetivo podia ser visto entre aqueles que defendiam os fundamentos da fé fora das igrejas e dentro das denominações.” FERRAZ, Luiz Antônio. **Por que Sou Fundamentalista?: Evangélico ou Fundamentalista?** Disponível em: <solascriptura-tt.org/SeparacaoEclesiastFundament/PorQueSouFundamentalista-LAFerraz.htm>. Acesso: 06/03/2016.

³⁷ Esta relação é o que seria o conjunto das doutrinas centrais do Cristianismo – aquelas que todos os cristãos, independente da denominação ou comunidade que participam, apontam de forma quase unânime, como sendo as doutrinas fundamentais que caracterizam a essência da fé cristã; aquelas que não podem ser alteradas ou negadas, sob pena de descaracterizar o cristianismo.

³⁸ O Evangelho Social foi um movimento vagamente organizado nos Estados Unidos por volta da década de 1880 até o começo da Grande Depressão (1929), que tentou formular uma resposta cristã

4. O “AI-5” E A PRESIDÊNCIA DE BOANERGES RIBEIRO NA IPB

Os chamados Atos Institucionais (AIs) que foram promulgados durante o período da Ditadura civil militar, tiveram por objetivo de prevalecer o controle social diante do que se considerava a ameaça comunista eminente no Brasil. Contudo, estes obtiveram graus de restrições aos direitos civis caracterizando de forma crescente no regime de exceção; durante cerca de 5 (cinco) anos e meio foram promulgados 17 AIs, com a justificativa da restauração da legalidade e a segurança interna:

A coalizão civil-militar pediu o apoio da população e justificou seus atos com base neste programa. Mas a busca da segurança interna pela eliminação do “inimigo interno” entrou em conflito com os objetivos declarados de restabelecimento da legalidade e fortalecimento das instituições democráticas. As medidas adotadas para expulsar os que tiveram associados a movimentos sociais e ao governo anterior levaram a institucionalização do Estado de Segurança Nacional, a começar – no período inicial, sob a tutela do Alto Comando da Revolução pela promulgação do Ato Institucional Nº 1³⁹.

Parlamentares opositores eleitos em 1966 refletiam uma insatisfação diante do programa de controle pós-golpe de 1964. A tribuna do Congresso Nacional foi palco de exaustivos discursos. A cientista política Maria Helena Moreira Alves⁴⁰ destacou que este fato foi compulsório as manifestações de protestos de trabalhadores e da classe média e como reação ao Deputado Márcio Moreira Alves (MDB) que instou a população a boicotar a parada militar do dia da Independência, (1968).

A represália ao ato dos parlamentares se concretizou pela promulgação do AI-5 como demonstração de força pelos militares. Este teve um diferencial sobre os

para as rápidas mudanças sociais do período. Suas origens foram tanto domésticas quanto estrangeiras. Os fortes laços da tradição do reavivamento americano entre a santidade pessoal e a reforma social contribuíram para o movimento, como contribuiu também um novo interesse pelo estudo científico dos problemas sociais que acompanharam o surgimento da América moderna após a Guerra Civil. Além disso, o exemplo de britânicos como Thomas Chalmers, na Escócia, ou do Socialismo Cristão, de F. D. Maurice (1805-1872), que buscava respostas cristãs inovadoras para os problemas da sociedade industrial, também influenciou os norte-americanos que desejavam uma reforma social cristã. FERGUSON, Sinclair B.; WRIGHT David F.: **EVANGELHO SOCIAL**. In: NOVO Dicionário de Teologia. São Paulo – Editor Hagnos, 2011 – 1ª ed. p. 406.

³⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. 1984. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, p. 52.

⁴⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. 1984. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, p. 52.

anteriores, não tendo, portando, um prazo para sua vigência demonstrando assim o seu caráter de permanência, controle e a suspensão das garantias constitucionais. A cientista política Maria Helena descreveu em ciclos os Atos Institucionais e classificou o AI-5 como o terceiro e mais incisivo, observe o quadro

Tabela 3

Primeiro Ciclo	Concentrava-se no expurgo de pessoas politicamente ligadas a anteriores governos populistas, especialmente de Goulart. A representação física direta limitara-se a trabalhadores e camponeses numa estratégia de classe destinada a eliminar a resistência naqueles setores da população.
Segundo Ciclo	Após a promulgação do Ato Institucional Nº 2, objetivara concluir os expurgos na burocracia do Estado e nos cargos eleitorais; não incluiu o emprego direto e generalizado da violência.
Terceiro Ciclo	Caracterizou-se por amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático do Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes.

Fonte: Elaborada pelo autor com dados extraídos de ALVES, Maria Helena Moreira. 1984. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, p. 141.

A IPB não estava neutra durante todo este processo de exceção, o historiador Eduardo Guilherme de Moura Paegle⁴¹ analisa o caráter enquadrador ideológico em que esta instituição religiosa firmava em suas estruturas, refletindo valores estadunidenses canalizados através de instituições de ensino; canais de TV, inseridos com os tele-evangelistas; hinos e cânticos entoados nas congregações; na literatura de cunho conservadora ou até mesmo fundamentalista.

Durante o período de 1966 a 1978, esteve afrente da IPB (Presidência), o pastor Boanerges Ribeiro. Este postulava a visão política defendida pelo regime militar e a frente da denominação supra citada, o “boanergismo”⁴² é considerado como a expressão máxima que dissocia a protestantismo e democracia. Segundo ainda analisa Paegle “O fato da IPB não ser multiclassista com ausência de um base (sic) popular, facilitou uma assimilação ou acomodação institucional, como neste caso, de apoio ao regime militar quando pedida ou relegada a sua invisibilidade.”⁴³

⁴¹ PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. **A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)**. Dissertação de Mestrado em História Cultural – Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006 p. 107.

⁴² Foi o período entre 1966 a 1978 sob a presidência da IPB pelo pastor Boanerges Ribeiro, caracterizado por uma política conservadora ou fundamentalista.

⁴³ PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. **A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)**. Dissertação de Mestrado em História Cultural – Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006 p. 108.

O combate incisivo ao ecumenismo ou Teologia da Libertação clarificou com os expurgos feitos na denominação como também em seus centros de formação teológica (Seminários), com a seguinte expressão “*Igreja Presbiteriana do Brasil: Ame-a ou deixe-a*”. Também ao analisar este período o teólogo Arival dias Casimiro⁴⁴ fez a seguinte afirmação “[...] Foram anos de guerra e não “Guerra Fria”⁴⁵”.

O controle ideológico bem como a consolidação dos objetivos dominantes do período e exceção passa pelo viés das instituições educacionais. A IPB semelhantemente cria mecanismos de controle sob o discurso do zelo à confessionalidade que a mesma postula, sendo assim, foi criada pelo Supremo Concílio (SC) a Comissão Especial de Seminários (CES) no ano de julho de 1966, a qual descreve as seguintes resoluções:

O SC resolve: 1) Reconhecer que uma situação de fato existe que compromete o futuro da Igreja; 2) Declarar que, embora respeitando o foro íntimo de cada indivíduo, a IPB não entende que a liberdade de exame implique na abertura de suas portas a toda sorte de dúvida e heresias; 3) Determinar que os professores dos seminários da IPB se dediquem ao preparo intelectual e espiritual de seus alunos e se abstenham da propaganda e práticas ecumenistas e ideológico-políticas; 4) Determinar às congregações que cancelam as matrículas de todos os alunos cujas idéias (sic) ou cuja conduta sejam ávidas pelas congregações de Professores ou pelas entidades superiores da administração, incompatíveis com os padrões éticos e doutrinários da IPB; 5) Nomear uma Comissão Especial com plenos poderes para dar execuções às providências desta resolução, podendo inclusive: a) Dispensar professores, devolvendo aos seus concílios de origens; b) Nomear professores e levantar recursos em entendimento com Tesouraria do SC; c) Reestruturar ou organizar Diretorias dos Seminários, de modo de que as medidas tomadas se tornem efetivas; 6) Assegurar os direitos de ampla defesa aos incriminados, segundo os termos da CI/IPB e do CD; 7) Determinar que a Comissão supra se instaure e inicie seus trabalhos no prazo máximo de trinta dias a contar da data da aprovação⁴⁶ (sic).

Estas ações repressoras por parte da IPB refletiu o caráter da sua presidência, o qual, se posta assim como a única forma sistemática para salvar a

⁴⁴ Formado em Teologia, Mestre em Comunicação e Letras pelo Mackenzie e Doutor em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Autor de livros sobre Plantação de Igrejas. É Pastor Titular da Igreja Presbiteriana de Pinheiros São Paulo.

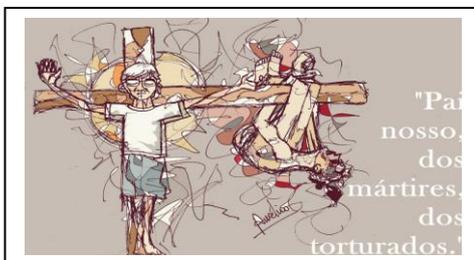
⁴⁵ CASIMIRO, Arival Dias. **Resistindo A Secularização**. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/books/0046086432468bf69aa97>> Acesso em: 11/05/16.

⁴⁶ SC – 66 – 091 – *Seminário – Doc. VI*. Digesto Presbiteriano: Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva (1961 – 1970). Casa Editora Presbiteriana p. 246. **Apud.** VILELA, Marcio Ananias. **DISCURSO E PRÁTICAS DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL DURANTE AS DÉCADAS DE 1960 E 1970: DIÁLOGOS ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014 p. 209.

Igreja das forças “nefastas e perigosas”, identificadas como o ecumenismo e o evangelho social com influências das ideias comunistas.

O posicionamento excludente da IPB transcende os arraias da confessionalidade, ou seja, os expurgos não ficaram pelo fato da discordância doutrinal apenas. Porém, a crítica a IPB pode ser feita quando suas ações se constituem um paradoxo à sua própria confissão de fé, silenciado diante da opressão e tortura, mas, pondo-se como via de extensão as práticas do regime de exceção da época. A figura abaixo expõe a crítica ao paradoxo que a instituição religiosa apresentava:

Figura 3



Em contraste, a década de 1960, teve uma fase singular no seio da IPB, pois muitos pastores e membros inspirados nas conferências internacionais e nacionais⁴⁷ que objetivavam um olhar sob a responsabilidade social da igreja. Tendo como inspiração em personagens cristãos do século XX a exemplo de Karl Bart e Walter Rauschenbusch⁴⁸. Cobraram da IPB promulgasse um *Credo Social* que viesse sistematizar um pensamento social capaz de responder as carências atuais pela referida Instituição religiosa. Vale destacar a figura do professor de Ética Cristã João Dias João Dias de Araújo pelo seu empenho para um posicionamento oficial da Igreja, sobre o mesmo o professor Márcio Vilela fez a seguinte afirmação:

João Dias integrava um grupo de pastores e líderes religiosos preocupados com a problemática social do Brasil e a inserção da Igreja em suas soluções

⁴⁷ Destacamos aqui no nível internacional o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos (FUMEC); no nível nacional a União Cristã de Estudantes para o Trabalho de Cristo, União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB). Cf. com: VILELA, Marcio Ananias. **DISCURSO E PRÁTICAS DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL DURANTE AS DÉCADAS DE 1960 E 1970: DIÁLOGOS ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA.** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014 p. 36-47.

⁴⁸ Ambos foram teólogos e buscavam desenvolver uma sintonia entre a teologia e os acontecimentos da sua época. Bart fez oposição ao Estado Nazista, ou como Walter Rauschenbusch em relação às péssimas condições de vida e trabalho dos imigrantes alemães nos EUA.

e defendia a elaboração de um Credo Social pautado na Teologia e na experiência cristã, capaz de projetar mudanças na igreja e no Brasil.[...] ⁴⁹

O posicionamento do professor supracitado teve consequências máximas, pois surge propaganda contra o mesmo ensinar “teologia marxista” sendo o SPN a base desta. As consequências das denúncias redundaram em sua prisão pelos militares em 1964 e diante do entendimento da IPB, em relação ao cenário exposto, caracterizo-o como subversivo, e, portanto, provocou sua expulsão da instituição religiosa e conseqüentemente do cargo de professor no Seminário Presbiteriano do Norte (SPN), o qual foi assim julgado pela CES. Segundo o historiador Paulo Julião da Silva:

O periódico “*Brasil Presbiteriano*”, [...] procurou adotar uma linha conservadora e de apoio eclesiástico à Ditadura Militar. Dos evangélicos foi exigido pela direção do periódico dar apoio ao novo governo, já que este tinha sido “providenciado” por Deus. Na Assembléia (sic) Geral da Igreja Presbiteriana do Brasil, em 29 de abril de 1964, a Comissão Executiva, como aconselhava a direção do periódico, a partir de então “aceitou a denúncia de heterodoxia feita por membros de igrejas locais contra Joscelino Ramos, Nilo Rédua, Cyro Cormarck, João Dias de Araújo, Lemuel Nascimento e Rubem Azevedo Alves. Uma comissão foi nomeada para investigar a vida desses pastores”. Líderes presbiterianos que não atendessem às resoluções da cúpula da instituição eram listados pela própria igreja e entregues às autoridades militares. ⁵⁰

Em vista dos argumentos apresentados, será possível contrastar o alinhamento da IPB, através da vigilância e controle exercidos perante os considerados ‘subversivos’, e este foi estratégico para com os discursos do governo de exceção da época, especialmente no nos ‘anos de chumbo’, período que ficou conhecido sob a vigência do Ato institucional nº 5, o qual tem por grande parte a liderança da denominação o pastor Boanerges Ribeiro; bem como nos usos de métodos similares com o intuito de reprimir os que se posicionavam contra as resoluções da denominação em tela ou do regime daquele período.

Esta luta representaria para a IPB não apenas um embate terreno, mas, uma ‘batalha espiritual entre Deus e o Diabo’, pontua o historiador Paulo Julião “O

⁴⁹ VILELA, Marcio Ananias. **DISCURSO E PRÁTICAS DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL DURANTE AS DÉCADAS DE 1960 E 1970: DIÁLOGOS ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014 p. 61.

⁵⁰ SILVA, Paulo Julião. **O alinhamento protestante ao Golpe Militar e a repressão aos “crentes subversivos”**. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=270>>. Acessado em: 14/05/2016.

discurso da providência divina, acompanhado por uma teoria totalitária de poder, teria explicado a necessidade da intervenção e da repressão em defesa dos “ideais sadios da sociedade”.⁵¹”

⁵¹ SILVA, Paulo Julião. **O alinhamento protestante ao Golpe Militar e a repressão aos “crentes subversivos”**. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=270>> Acessado em: 14/05/2016.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. 1984. ***Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)***. Petrópolis: Vozes.

ARNOLD, Franklin L.. **Uma jornada missionária**: A história das missões presbiterianas no Brasil. São Paulo: Ed Cultura Cristã 1ª ed, 2012

BORGES, Nilson. **A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E OS GOVERNOS MILITARES**. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASIMIRO, Arival Dias. **Resistindo A Secularização**. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/books/0046086432468bf69aa97>> Acesso em: 11/05/16.

CEARTEU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

CHINOY, Ely. **SOCIEDADE**: Uma Introdução à Sociologia. São Paulo: Cultrix – 2012.

DEZEMONE, Marcus. **MUNDO RURAL E ERA VARGAS: DIREITOS, PAPEL DO CAMPO E LEGISLAÇÃO SOCIAL NA HISTORIOGRAFIA RECENTE**. Disponível em: < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8104>> Acessado em: 28/04/2016.

DIAS, Zwinglio M.. **O Movimento Ecumênico**: História e Significado. Disponível em: <<http://numen.ufjf.emnuvens.com.br/numen/article/viewFile/899/781>> Acesso em 18/01/2016.

DISCURSO E PRÁTICAS DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL DURANTE AS DÉCADAS DE 1960 E 1970: DIÁLOGOS ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA. Tese

(Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014 p. 209.

FERAZ, Luiz Antônio. **Por que Sou Fundamentalista? Evangélico ou Fundamentalista?**

Disponível em:

<<http://solascripturatt.org/SeparacaoEclesiastFundament/PorQueSouFundamentalista-LAFerraz.htm>>. Acesso: 06/03/2016.

FERGUSON, Sinclair B.; WRIGT David F. **TEOLOGIA REFORMADA**. In: NOVO Dicionário de Teologia. São Paulo – Editora Hagnos, – 1ª ed. 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira – 2014.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. Vol. 24 nº 47 São Paulo – 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882004000100003>

Acesso em 20/04/2016.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro – Jorge Zarar Ed, 2002.

GRYSPANSZPAN, Mario. **A questão agrária no governo Jango**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_que_stao_agraria_no_governo_Jango> Acesso em: 13/04/2016.

HOXHA, Enver. **O IMPERIALISMO E A REVOLUÇÃO**. Versão digitalizada (www.enverhoxha.ru) ed. TIRANA, 1979. / Mourre, Marcel, Dicionário de História universal, vol.III, ASA.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1921**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 224.

KARNAL, Leandro. **A FORMAÇÃO DA NAÇÃO – O INÍCIO**. In: HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto 2007.

MARX, Karl. **CRÍTICA DA FILOSOFIA DO DIREITO DE HEGEL, 1843**. 2. Ed São Paulo: Boitempo, 2010 p. 145. Versão digitalizada disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Marx,%20Karl/Critica%20da%20Filosofia%20do%20Direito%20de%20Hegel.pdf>>

MATOS, Alderi Souza de. **PROTESTANTISMO BRASILEIRO**: Breve História do Protestantismo no Brasil. Centro de Pós-Graduação Andrew Jamper. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/6994.html>> Acesso em 20/04/16.

MENEZES, Jonathan. **METAMORFOZES DO SAGRADO NO PROTESTANTISMO BRASILEIRO**: Ecos Singulares de uma Religião Plural. Disponível em: <http://www.academia.edu/5628835/Metamorfoses_do_Sagrado_no_Protestantismo_Brasileiro_Ecos_Singulares_de_uma_Religi%C3%A3o_no_Plural> Acesso em: 20/04/2016.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. **A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)**. Dissertação de Mestrado em História Cultural – Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

POMAR, Wladimir. O projeto varguista de nação. O Correio da Cidadania. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3131&Itemid=79> Acesso em: 06/04/16.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos: Lei de nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>Acesso em: 21/04/2016.

RAMALHO, Jether Pereira. **Prática Educativa e Sociedade**: Um Estudo de Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: Zahar Editores.1976.

REIS, José Carlos, *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro, ed. FGV, 1999.

RENDITI, Marcelo. **Cultura e Política: os anos de 1960-1970 e sua herança**. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura: regime militar em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SC – 66 – 091 – *Seminário – Doc. VI*. Digesto Presbiteriano: Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva (1961 – 1970). Casa Editora Presbiteriana p. 246. **Apud**. VILELA, Marcio Ananias.

SILVA, Paulo Julião. **O alinhamento protestante ao Golpe Militar e a repressão aos “crentes subversivos”**. Disponível em:

<<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=270>> Acessado em: 14/05/2016.

VILELA, Marcio Ananias Ferreira. **DISCURSO E PRÁTICAS DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL DURANTE AS DÉCADAS DE 1960 E 1970: DIÁLOGOS ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Guerra Fria**. In FILHO, Daniel Aarão Reis Filho; Ferreira, Jorge; ZENHA Celeste. *O SÉCULO XX TEMPO DAS CRISES: Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro. Vol. II – Civilização Brasileira, 2000.